

O lugar do aluno com deficiência na escola integral contemporânea

Cristiane Alves da Cunha*

Somos deferentes e queremos ser assim e não uma cópia malfeita de modelos considerados ideais. Somos iguais no direito de sermos, inclusive, diferentes!

Rosita Edler Carvalho- (2010, p. 23)

Resumo

Esta é uma pesquisa referente à educação integral, implementada através do Programa Mais Educação e a inclusão escolar, realizada no município de Viamão/RS, com pais de alunos com deficiência matriculados no ensino regular de uma escola pública, que frequentam o Programa Mais Educação. Ela tem como objetivo analisar os efeitos do Programa Mais Educação junto aos alunos com deficiência, sob a ótica dos pais. A realização desse estudo, caracterizado como um estudo de caso, foi feito através de entrevistas. Após análise das entrevistas, conclui-se que a Inclusão de alunos no turno integral possibilita inúmeras reflexões acerca dos currículos e das práticas pedagógicas e que o trabalho apresenta relevância por levantar questões atuais e necessárias para as famílias, professores e para as pessoas deficientes.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Educação integral. Programa Mais Educação.

* Professora dos municípios de Alvorada e de Viamão - Rio Grande do Sul, Bacharel em Fonoaudiologia.
Email: cristianeipa@gmail.com

Introdução

Nas últimas décadas o direito, de acesso e permanência de alunos com deficiência em escolas de ensino regular, vem sendo garantido com base nas legislações, como a Constituição brasileira de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, a Declaração de Salamanca em 1994 e a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394/1996, essas leis tem como princípio que todas as crianças estejam inclusas no ensino público e regular, buscando a eliminação de todas as possíveis formas de discriminação.

Esse artigo se propõe a analisar os efeitos do Programa Mais Educação junto aos alunos com deficiência.

Rodrigues (2008) afirma que a inclusão deve ser entendida como uma reforma educativa, que pretende inovar metodologias de ensino tradicional da escola regular. Essas inovações devem permitir aos alunos, com diferentes capacidades, aprender em conjunto, removendo barreiras de aprendizagem e valorizando as diferenças. Sendo assim, a inclusão escolar deve abranger todos os alunos da escola, mas, em particular, os mais vulneráveis à exclusão.

Stainback e Stainback (1999) consideram que uma escola em que a inclusão está presente, suas portas estarão abertas para todas as crianças, independente de suas diferenças, proporcionando oportunidade a todos, com estratégias e situações educacionais desafiadoras, porém respeitando as suas potencialidades e necessidades. A escola inclusiva, segundo autores, é um lugar no qual todos são aceitos, todos ajudam e são ajudados, é um local em que todos os segmentos são interligados - pais, professores, funcionários e comunidade -, a fim de que as necessidades sejam satisfeitas.

Segundo texto de referência para o debate nacional do Ministério da Educação, com base em experiências anteriores bem-sucedidas, foi instituído o Programa Mais Educação como estratégia de implementação da Educação Integral nas escolas, visando o desenvolvimento do aluno em sua totalidade, ampliando o tempo de permanência no ambiente escolar, repensando espaços, currículos e gerando novas oportunidades educativas.

Pretendeu-se entender como o processo da educação inclusiva perpassa as fronteiras da sala de aula, sendo compreendido como responsabilidade compartilhada entre todos os atores, equipe diretiva, professores, funcionários, monitores, ofici-

neiros, pais, demais alunos, enfim, toda a comunidade escolar, visando assegurar a igualdade de oportunidades, a construção de ambientes acessíveis e a participação de todos os cidadãos em iguais condições de direitos.

A presente pesquisa teve como objetivo analisar os efeitos do Programa Mais Educação junto aos alunos com deficiência de duas escolas de ensino regular do município de Viamão, durante a pesquisa foram entrevistados pais de alunos com deficiência que frequentam o turno integral, através do Programa Mais Educação, com o intuito de concluirmos quais os efeitos do turno integral inclusivo junto aos alunos com deficiência sob essa ótica.

Justificativa e contextualização do estudo

A educação contemporânea vem passando por constantes modificações, e com a educação especial não poderia ser diferente.

Após algumas décadas de debates e de mudanças paradigmáticas os alunos com deficiência estão incluídos nas escolas regulares em uma perspectiva de educação inclusiva, segundo Mittler (2003), a educação inclusiva, diz respeito a uma reestruturação das escolas para garantir o acesso e as oportunidades educacionais a todas as crianças, evitando o isolamento e a discriminação. Para o autor, a inclusão tem por objetivo beneficiar os alunos até então segregados do ensino regular.

No entanto, com a implementação do Programa Mais Educação, no qual a ressignificação dos tempos e espaços modificam a concepção de educação, novos questionamentos sobre como incluir esse aluno em uma escola integral passaram a ser debatidos.

Sempre tive um interesse muito grande pela inclusão escolar, um assunto bastante frequente em debates e pesquisas, tema que ainda gera certa resistência por alguns profissionais, pais e escolas do ensino regular, assim como na sociedade em geral.

Como professora, certa vez, tive a experiência de ter uma aluna com deficiência motora e cognitiva, causadas por uma doença degenerativa. A mãe dessa menina sempre enfatizava que sua filha poderia participar das mesmas

atividades que as demais crianças e estimulava sua filha a ter autonomia, essa mãe conseguia enxergar além da deficiência, ela conseguia ver as potencialidades, e incentivava o desenvolvimento das habilidades que sua filha tinha, não vendo ela como incapaz tampouco a vitimizand.

Essa mãe me motivou a continuar meus estudos na área da educação inclusiva, e a pesquisar sobre a importância da família nesse processo e a sua postura frente às deficiências.

Sendo assim, o presente estudo tem como finalidade investigar os efeitos do Programa Mais Educação junto aos alunos com deficiência da rede municipal de Viamão-RS, sob a ótica dos pais. O seu marco teórico está fundamentado em algumas vertentes específicas:

O lugar do sujeito na sociedade

Quando iniciamos o debate sobre a inclusão escolar, esbarramos no primeiro empasse que é nomear o lugar que esse sujeito ocupa na sociedade, com o passar dos anos várias nomenclaturas foram empregadas, como retardado, portador de deficiência, portador de necessidades especiais, aluno com necessidades educativas especiais, entre tantas outras.

Segundo Sasaki (2003), a condição de ter uma deficiência faz parte da pessoa e esta pessoa não porta sua deficiência, ela tem uma deficiência. Para ele, uma pessoa só porta algo que ela possa não portar, o que não é o caso de uma deficiência.

Os movimentos mundiais de pessoas com deficiência, incluindo os do Brasil, já decidiram o nome pelo qual elas desejam ser chamadas, querem ser chamadas de *pessoas com deficiência* em todos os idiomas, conforme Sasaki (2003).

Portanto, em nosso trabalho optamos por utilizar a terminologia: Pessoa, criança ou aluno com deficiência, sendo que ao longo do trabalho algumas outras terminologias serão citadas devido à utilização dos autores pesquisados.

Inclusão na perspectiva de não anular as diferenças

Os termos integração e inclusão, mesmo sendo muitas vezes empregados como sinônimos têm diferenças distintas na prática, sendo assim, faz-se necessário analisar essas palavras:

Integrar, segundo Mittler (2003), é quando o aluno deve adaptar-se à escola, e não há a perspectiva da escola mudar para atender a diversidade dos alunos. Já a inclusão implica em uma reforma significativa para atender a demanda, o currículo, a avaliação e o atendimento pedagógico que deverão ser adequados para atender as necessidades especiais dos seus alunos.

Para Oliveira (2005), no processo de integração à escola, que não considera as diferenças individuais em sua organização, transfere para o aluno a responsabilidade de se adaptar ao modelo escolar existente, possibilitando o acesso ao ensino regular às pessoas com deficiência consideradas psicopedagogicamente educáveis. No entanto, a educação inclusiva, segundo o autor, desloca o enfoque individual, centrado no aluno, para a escola, reconhecendo e valorizando as diferenças e tendo como pressuposto a educação de qualidade para todos.

A autora Carvalho (2010) destaca:

Numa sociedade que prima pelo padrão da “normalidade”, as pessoas em situação de deficiência ficam em desvantagem no processo de construção de suas identidades, porque não se enquadram com o “padrão” estabelecido como ideal e são colocadas num espaço de diferenciação, segregadas. Experimentam a diferença de modo muito sofrido, porque fogem dos parâmetros convencionais. (Rosita Edler Carvalho, 2010, p. 21)

Sendo assim, fica clara a contraposição entre os dois processos, sendo que há uma concordância entre autores já citados de que a integração depende da adaptação do aluno às exigências da escola; quanto à inclusão, a escola deve buscar estratégias para atender às necessidades de seus alunos. Quando falamos em inclusão, de maneira alguma pretendemos extinguir as diferenças, estabelecendo um padrão de normalidade e sim criar condições para que todos se desenvolvam dentro de suas potencialidades.

Inclusão escolar - problematizando suas possibilidades

Muitos são os benefícios da inclusão escolar para todos os envolvidos no seu processo: alunos deficientes ou não, professores e comunidade. As crianças de maneira geral enriquecem-se com a oportunidade de aprender umas com as outras, tanto nas habilidades acadêmicas como nas da vida diária - de comunicação e sociais. Os alunos aprendem a compreender, a respeitar e a crescer confortavelmente com as diferenças e as semelhanças individuais entre seus pares. E os professores têm a oportunidade de repensar suas práticas, seus planejamentos, suas metodologias e seus métodos de avaliação.

Segundo Pontes (2008), vários são os argumentos contrários à educação inclusiva, sendo os mais comuns: nem os professores nem as escolas têm preparo para trabalhar com a diversidade e os alunos com deficiência intelectual não se beneficiariam frequentando o ensino regular, por não terem condições de acompanhar o desempenho dos colegas.

Para a autora, no entanto, as alegações de que a escola não está preparada para a inclusão isentam o estabelecimento de ensino de sua real responsabilidade, e acabam condenando os alunos com deficiência a aguardar o momento utópico de serem incluídos; porém, o tempo não para. As crianças deficientes em idade escolar permanecem excluídas, sofrendo danos irreparáveis. É fundamental que os cursos de formação de professores abordem disciplinas sobre diversidade; contudo, enquanto isto não ocorre, os alunos não podem ficar desamparados.

Já no que diz respeito à ideia errônea de que os alunos com deficiência intelectual não serão beneficiadas com a inclusão, a autora afirma que esta concepção desconsidera o fato da escola ser responsável pelo pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. No momento em que o foco da escola é somente a transmissão de conteúdos, ela deixa de alcançar seus objetivos, que verdade seja dita, vão muito além. Dentro de suas limitações, a criança pode evoluir em diversos aspectos, e o papel da escola é considerar, estimular e potencializar estas evoluções.

Outro aspecto relevante nesse debate é a acessibilidade, quando fala-se em acessibilidade, a primeira coisa que vem à mente dos indivíduos são as adaptações físicas imprescindíveis para viabilizar o acesso de pessoas com deficiência aos ambientes de maneira independente. Todavia, o termo é mais amplo do que imaginamos inicialmente. Sasaki (2004), em um de seus estudos, explica que há

seis tipos de acessibilidade: arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal.

Segundo o referido autor, o acesso e a mobilidade dos alunos deficientes deve ser garantida; entretanto, há outras barreiras a serem derrubadas, como mudanças nas práticas pedagógicas, disponibilização de equipamentos, materiais e tecnologias. É necessário que ocorram mudanças significativas de atitudes em relação às diferenças para que os preconceitos sejam eliminados. O acesso aos códigos e às linguagens, os quais possibilitam formas diferenciadas de comunicação, deve ser garantido. Enfim, a escola deve proporcionar condições as quais todos se desenvolvam satisfatoriamente e as relações interpessoais sejam estimuladas.

Desdobramentos Metodológicos

A realização deste artigo, que se caracteriza por ser um estudo de caso, realizado através de entrevista com pais de alunos com deficiência que frequentam o Programa Mais Educação de uma escola do município de Viamão, região metropolitana de Porto Alegre.

A questão em estudo é quais os efeitos do Programa Mais Educação junto aos alunos com deficiência.

Sujeitos da pesquisa

Participaram da pesquisa duas famílias de alunos com deficiência, sendo um deles com deficiência intelectual e outro com deficiência física e intelectual, de escolas de ensino regular, públicas, do município de Viamão, no Estado do Rio Grande do Sul, que frequentam o Programa Mais Educação há mais de seis meses.

Seleção dos sujeitos pesquisados

Participaram da pesquisa pais de crianças com deficiência que estejam matriculadas em uma escola de ensino regular do município de Viamão e frequentem o Programa Mais Educação há mais de seis meses, que aceitaram o convite para participar da coleta de dados e que compreendam que a inclusão escolar não consiste apenas na permanência física dos alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas regulares, e tampouco tem como único objetivo a socialização desses alunos, também participarão os professores e equipes diretivas dessas escolas.

Contexto da pesquisa

A pesquisa foi realizada através de entrevistas com os pais, no período de junho de 2013, no qual os pais deveriam relatar o que estão achando do Programa Mais Educação e se de alguma forma estão observando algum efeito em seus filhos (comportamento, socialização, aprendizagem).

Escola contemporânea: (re) pensando tempos, espaços e saberes

O Ministério da Educação, do Desenvolvimento Social, dos Esportes, da Ciência e Tecnologia, da Cultura e do Meio Ambiente, através da Portaria Interministerial nº 17 de 24 de abril de 2007, com base em experiências anteriores bem-sucedidas, instituiu o Programa Mais Educação como estratégia de implementação da Educação Integral nas escolas, visando o desenvolvimento do aluno em sua totalidade, ampliando o tempo de permanência no ambiente escolar, repensando espaços, currículos e gerando novas oportunidades educativas.

Quando pensamos em Educação Integral, nos vem à cabeça o desenvolvimento do sujeito em sua totalidade, na possibilidade que o aluno tem de vivenciar diferentes experiências de aprendizagens, culturais, sociais, esportivas, artísticas entre outras. Segundo Arroyo (2012):

[...] esses programas não se propõe a apenas ampliar o tempo, mas a reorganizar com radicalidade os tempos-espaços do viver a infância-adolescência, tornando-os

mais próximos de um digno e justo viver ao menos na totalidade dos tempos-espços escolares. (Miguel Arroyo, 2012, p.43)

As atividades desenvolvidas no ambiente escolar, tem uma intencionalidade, são sistemáticas e planejadas pelos educadores, para que os direitos de aprendizagens de todos alunos sejam garantidos e que as experiências sejam significativas, a escola precisa refletir sobre o que ensinar, quando ensinar, como ensinar e como e quando avaliar. Essas informações devem estar presentes no currículo escolar, esse por sua vez deve ser flexível para possíveis modificações, deve contemplar a aprendizagem significativa e a funcionalidade do aprendido, estimular o aluno, incluir aspectos da realidade (fatos, conceitos, valores, acontecimentos), desenvolver a capacidade de pensar de fazer, de cooperar, de se sensibilizar e de se comprometer.

Segundo Coll (1996),

[...] currículo é o projeto que preside as atividades educativas escolares, define suas intenções e proporciona guias de ação adequadas e úteis para os professores que são diretamente responsáveis por sua execução. (César Coll, 1996, p. 33 – 35)

Fazendo um paralelo entre o Programa Mais Educação, como proposta indutora do governo federal de educação integral e a inclusão escolar, fica evidente a necessidade de ressignificar o currículo e as práticas pedagógicas de sala de aula, uma vez que o turno integral já prevê atividades diferenciadas, possibilidades de novos saberes e novos atores sociais permeando o espaço escolar, não é mais possível conceber um turno no qual essas experiências são possíveis e outro turno no qual as atividades “formais” sejam desenvolvidas, nesse sentido, Xavier (2011) afirma:

[...] A possibilidade de articular o que se faz na escola no turno oficial, em que ocorrem as aulas ditas regulares, com o que se faz no contra- turno, exige a elaboração de um projeto político pedagógico aberto à participação e à gestão compartilhada de ações convergentes à formação integral de crianças e jovens. (Maria Luisa M. Xavier, 2011)

Faz-se necessária a mudança de algumas práticas pedagógicas, que ainda estão presentes nas escolas contemporâneas, como a ideia de controle, a organização das classes, o uso exagerado do quadro, as cópias excessivas, enfadonhas e sem objetivo, a disposição dos materiais fora do alcance das crianças, planejamen-

tos rígidos que não valorizam a criatividade, aulas no qual a linguagem oral não tem seu espaço. Nesse sentido revisitar os espaços educativos tornando-os: atrativos e criativos, de forma que estimulem a construção autônoma de conhecimento, que possibilite os relatos de experiências, que valorize a aprendizagem lúdica, e que contribua no desenvolvimento de um sujeito crítico é essencial para a educação inclusiva.

Destaco dois trechos das entrevistas com os pais de alunos com deficiência que frequentam o Programa Mais Educação no município pesquisado:

“Meu medo era que ele nunca aprendesse e que fosse precisar de mim para sempre. E depois que eu morresse quem cuidaria dele? Agora tô mais tranquila, vi que ele consegue aprender, nas oficinas ele joga e faz as coisas brincando, acho que isso tá ajudando ele a aprender melhor.”

F.1

“Quando ele ficava só de manhã na escola, passava o resto do dia sem fazer nada na frente da tv. Desde que ele entrou no Mais Educação é outra criança, tem um monte de amigos, faz um monte de coisas diferentes, até capoeira ele faz, é a aula que ele mais gosta, já tá até aprendendo a ler.”

F.2

Esses trechos vem ao encontro da ideia de possibilitar novas experiências de aprendizagem para contribuir no desenvolvimento integral do sujeito. Nas falas dos pais podemos observar unanimidade ao afirmarem os progressos na aprendizagem de seus filhos desde que eles passaram a frequentar o Programa Mais Educação.

Hickmann (2011), em um dos seus textos reafirma o que essa ideia:

Muitas mudanças têm sido percebidas no contexto escolar com a implantação do Programa Mais Educação ao promover experiências de aprendizagens que rompam com o modelo tradicional e convencional do cotidiano das aulas e neste sentido a forma de planejar, buscando a integração, tem se apresentado como uma possibilidade de se construir novas perspectivas didático-pedagógicas para a escola. (Roseli Inês Hickmann, 2011)

Nesse mesmo contexto Hickmann (2011) também nos faz refletir sobre os efeitos do Programa Mais Educação no currículo escolar, promovendo a reflexão dos professores acerca dos conteúdos, metodologias, materiais e métodos de avaliação utilizados:

Muitos alunos após participarem das oficinas do Programa Mais Educação já não aceitam as formas de ensinar, às quais estavam acostumados, e começam a interpe-

lar seus professores para que ensinem de outra maneira contemplando diferentes saberes e metodologias, fazendo emergir uma outra concepção de currículo escolar. (Roseli Inês Hickmann, 2011)

Um efeito que vem sendo bastante positivo é a influência que as atividades realizadas no Programa Mais Educação já estão tendo no turno regular, pois no momento que os professores observam o êxito de seus alunos com atividades diferenciadas, passa refletir sobre seu planejamento, sua metodologia e suas práticas avaliativas, dessa forma garante não somente aos alunos com deficiência, mas a todos os alunos os direitos de aprendizagens e novas experiências educativas.

Considerações finais

Tendo presente os diferentes debates que permeiam o ambiente escolar na última década, como a inclusão de alunos com deficiência e a proposta indutora do Governo federal de educação integral através do Programa mais Educação, o objetivo principal dessa pesquisa foi analisar os efeitos do programa citado junto aos alunos com deficiência, através de entrevistas com os pais desses alunos, sendo possível constatar que o Programa Mais Educação traz benefícios não só para os alunos com deficiência e sim para todos, no momento que as práticas de sala de aula são “contagiadas” pela dinâmica e organização das atividades propostas no contra turno, as aulas tornam-se ricas e os diferentes saberes ganham o seu espaço no ambiente escolar.

Saliento também que a inclusão, mesmo que alguns ainda demonstrem resistência para sua efetivação, traz inúmeros benefícios para todos - escola, alunos, pais, professores e comunidade. Somente através de um trabalho de orientação, sensibilização e conscientização sistemática e contínua é que todos conseguirão compreender a real importância de uma educação inclusiva. Tenho consciência de que as dificuldades terão, ainda, um longo caminho a percorrer. Entretanto, acredito que, através de pesquisas e debates frequentes, os mitos e receios em relação aqueles que apresentam diferenças poderão ser minimizados, e que um dia todos terão seus direitos respeitados.

Como educadora, minha esperança é de que, em um futuro não muito

distante, o acesso de um maior número de alunos com deficiência no Programa Mais Educação seja uma realidade, na qual todos terão o privilégio de conviver com as diferenças e aprender com a diversidade.

A realização desta pesquisa foi muito relevante para aprofundar meus conhecimentos teóricos em um tema que vivencio na prática. Desejo que essa pesquisa possa contribuir de alguma forma para que o tema inclusão escolar e a sua importância sejam debatidos com maior frequência, não só pela educação como pela sociedade.

REFERENCIAIS

CARVALHO, R. E. **Escola Inclusiva a organização do trabalho pedagógico**. Porto Alegre: Mediação, 2010.

COLL, C. **Psicologia e currículo: uma aproximação psicopedagógica à elaboração do currículo escolar**. São Paulo: Ática, 1996.

GUIMARÃES, TM. **Educação inclusiva: construindo significados novos para a diversidade**. Minas Gerais: Lições de Minas, 2002.

MANTOAN, MTE. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?**. São Paulo: Moderna: 2006.

MANTOAN, MTE; PRIETO, RG. (Org.). **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006.

MITTLER, P. **Educação Inclusiva: Contextos Sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MOLL, Jaqueline e colaboradores. **Caminhos da Educação Integral no Brasil: Direito a Outros Tempos e Espaços Educativos**. Ed. Penso, 2012.

NASCIMENTO, MM; RAFFA, I. **Inclusão social: Primeiros Passos**. 1 ed. São Paulo: Giracor, 2009.

OLIVEIRA, IA. **Saberes, Imaginários e Representações na Educação Especial: A problemática ética da “diferença” e da exclusão social**. 2 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

PACHECO, J; EGGERTSDÓTTIR, R; MARINÓSSON, GL. **Caminhos para Inclusão**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

PONTES, PAG. Criança e adolescente com deficiência: impossibilidade de opção pela sua educação exclusivamente no atendimento educacional especializado. **Inclusão-Revista da Educação Especial**, Secretaria de Educação Especial/MEC, V. 5, n 1, p. 41-48, Janeiro / junho 2008.

PUYUELO, M; RONDAL, JA. **Manual de desenvolvimento e alterações da linguagem na criança e no adulto**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

REDE DE SABERES MAIS EDUCAÇÃO: **pressupostos para projetos pedagógicos de educação integral: caderno para professores e diretores de escolas**. Brasília: Ministério da Educação, 2009. Série Mais Educação.

SACALOSKI, M; ALAVARSI, E; GUERRA, GR. **Fonoaudiologia na escola: Princípios básicos de fonoaudiologia com objetivo de orientar os professores de educação infantil e ensino fundamental, para observar e encaminhar o aluno com algum distúrbio de comunicação.** São Paulo: Lovise.

SÁ, ED. Acessibilidade: as pessoas cegas no itinerário da cidadania. **Inclusão-Revista da Educação Especial**, Secretaria de Educação Especial/MEC, V. 1, n 1, p. 13-18, Agosto – 2006.

SASSAKI, RK. **Mídia e Deficiência.** Brasília: Agência de Notícias dos Direitos da Infância e da Fundação Banco do Brasil, 2003, p. 160-165.

STAINBACK, S; STAINBACK, W. **Inclusão: Um guia para educadores.** Porto Alegre: Artmed, 1999.